

SUBMETIDO 17/01/2022

APROVADO 11/05/2022

PUBLICADO ON-LINE 29/05/2022

PUBLICADO 10/10/2023


EDITORA ASSOCIADA
Ellis Regina Ferreira dos Santos

DOI: <http://dx.doi.org/10.18265/1517-0306a2021id6601>

ARTIGO ORIGINAL

O núcleo de estudos sobre gênero de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul: um espaço de resistência na Educação Profissional e Tecnológica

 Tábata dos Santos Fioravanti ^{[1]*}

 Vantoir Roberto Brancher ^[2]

[1] tabatafioravanti@gmail.com

[2] vantoir.brancher@iffarroupilha.edu.br

Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Brasil

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma pesquisa sobre os núcleos de estudo sobre gênero de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul, pesquisar suas ações e acolhidas e identificar desafios e potencialidades para a existência desses núcleos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com a coleta de dados realizada por entrevistas semiestruturadas. As discussões foram produzidas à luz da análise de conteúdo. Os resultados apontam que o núcleo mais antigo é de 2016. As entrevistadas demonstram desconhecer o ato de criação do núcleo, porém isso não impede que suas ações ocorram. As atuações desses núcleos condizem com o objetivo de formação humana e integral dos Institutos Federais. Os desafios apontados são referentes à ausência de sala e de orçamento, porém tal órgão foi exaltado como espaço de acolhida e segurança. As importâncias dos núcleos destacadas ressaltam que esses espaços devem ser fortalecidos pelas gestões e pela comunidade geral.

Palavras-chave: educação; educação profissional e tecnológica; gênero; violência de gênero.

The Gender Studies Center of a Federal Institute of Rio Grande do Sul: a place of resistance in the Professional and Technological Education

ABSTRACT: The objective of this paper is to present a study of the Gender Study Center at a Federal Institute in Rio Grande do Sul, to research their actions and receptions and to identify challenges and potential for the existence of these centers. It is a qualitative research, with data collected through semi-structured interviews. The discussions were carried out in the light of the content analysis.

*Autor para correspondência.

The results indicate that the oldest center is from 2016. The interviewees were unaware of the act creating the center, but this does not prevent its actions from happening. The activities of these centers are consistent with the objective of human and integral formation of the Federal Institutes. The challenges pointed out are related to the lack of room and budget, but the centers were praised as a welcoming and safe place. The highlighted importance of the centers emphasizes that these spaces must be strengthened by management and the general community.

Keywords: *education; gender; gender violence; professional and technological education.*

1 Introdução

O Brasil vive um momento conservador em vários aspectos, em que os “movimentos Escola Sem Partido e Ideologia de Gênero têm causado um grande estrago nos avanços conquistados com muita luta ao longo da história” (COLLING, 2020, p. 73). Sabe-se, também, que a escola é uma das instituições que influenciam na delimitação das identidades de gênero, contribuindo para a reprodução de binarismos¹ (MIRANDA; MAIA, 2017). Ademais, conforme Britzman (2018), existem muitos obstáculos nas estruturas escolares que impedem uma abordagem cuidadosa e profunda sobre gênero e sexualidade.

Os autores acreditam que o debate sobre gênero nos ambientes de ensino é necessário, visto que esse é um aspecto que também constitui o ser humano, devendo fazer, então, parte do cotidiano escolar. Além disso, durante a adolescência, se está em pleno processo de formação da identidade de gênero, logo, no ambiente escolar ocorrem várias disputas e enfrentamentos que não podem ser ignorados (MIRANDA; MAIA, 2017).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados em 2008, pela Lei nº 11.982. Entre os objetivos dessas instituições, está o de ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados (BRASIL, 2008). Apesar do nome “Educação Profissional e Tecnológica” (EPT), deve-se atentar que essa modalidade de ensino difere do Novo Ensino Médio aprovado pela Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), visto que a EPT dos IFs é progressista e preza pela formação de um trabalhador que também seja um cidadão capaz de compreender a sua realidade e promover transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível (BRASIL, 2010).

Acredita-se, portanto, que uma educação emancipatória e que visa transformar a sociedade deve abordar, em seu currículo e seu cotidiano, problematizações sobre gênero. Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado intitulada “Violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da atuação dos núcleos de gênero e diversidade sexual”. O objetivo foi pesquisar as ações e acolhidas dos Núcleos de Estudo sobre Gênero e Sexualidade de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul (RS) e identificar desafios e potencialidades para a existência desses núcleos.

No Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) é vinculado ao Setor de Extensão dos campi. Quanto à criação do NEPGS, não constam, no regulamento interno, suas motivações específicas (IFRS, 2017). O regulamento próprio do Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED) do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) também não aponta a motivação para criação do núcleo. Um dos objetivos gerais desse núcleo é assessorar o diretor-geral do campus, portanto os autores inferiram que o NUGED está vinculado às

[1] Ideias segundo as quais só existem feminino/mulher e masculino/homem

direções dos campi da Instituição. No Instituto Federal Farroupilha (IFFar), os Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) estão inseridos dentro da Coordenação de Ações Inclusivas (CAI).

Nos atos normativos que criam os três núcleos mencionados, constam os objetivos, as finalidades e como se dá a composição dos núcleos, os quais foram criados para desenvolver ações e projetos que debatam as questões de gênero e diversidade sexual. O diferencial do NUGED em relação aos demais é que ele inclui também a promoção dos direitos dos apenados e de trabalhadores em vulnerabilidade social (IFSUL, [2018]).

Entre os objetivos e as finalidades dos três núcleos constam que devem promover ações, debates e capacitações sobre gênero, igualdade e respeito às diferenças. Também consta que esses órgãos devem procurar estabelecer parcerias com entidades existentes fora dos Institutos.

Não foi encontrado em nenhum documento que os núcleos servem para acolher pessoas vítimas de violência. Uma das finalidades do NEPGS é, porém, atuar no combate às formas de violência de gênero e sexual. Daí se infere, portanto, que o núcleo pode agir como espaço de acolhida a pessoas vítimas de violências, de forma a combatê-las. Já na resolução do NUGEDIS, consta que uma de suas atribuições é zelar para “permanência e conclusão de curso dos estudantes, respeitando as questões de gênero e diversidade sexual” (IFFAR, 2016, n.p.). Apesar de não explicitar sobre as violências de gênero, sabe-se que estas são, em muitos casos, motivo para que estudantes que delas sofrem no ambiente escolar abandonem os estudos. Acolher pessoas vítimas de violências, portanto, também se faz uma das finalidades do núcleo. Ainda que se conheça essa mácula na rotina escolar, no regulamento do NUGED não é prevista nenhuma ação sobre violências de gênero especificamente.

Listada no objetivo geral do NUGED, encontrase a possibilidade de articular as atividades de ensino em todos os níveis e modalidades de ensino quanto às questões de gênero e diversidade. Ainda, o núcleo pode definir prioridades nos materiais didáticos a serem utilizados (IFSUL, [2018]). Esse é um diferencial desse núcleo, visto que os demais não têm essa prerrogativa.

Neste artigo, além de ser apresentado o núcleo de pesquisas sobre gênero de um IF do RS na seção 2 e a metodologia da pesquisa realizada na seção 3, também são apresentadas algumas ações do núcleo estudado, casos de violências de gênero registrados na Instituição, bem como a importância da existência dos núcleos e os desafios que as colaboradoras encontram para exercerem suas atividades, sendo o resultado e as discussões da pesquisa apresentados na seção 4. Por fim, na seção 5, são apresentadas as conclusões deste trabalho.

2 Referencial teórico

Historicamente, a prática efetiva nas escolas trata dos aspectos biológicos da sexualidade (aparelho reprodutor, doenças e métodos contraceptivos etc.), ignorando os aspectos sociais do gênero e da sexualidade, logo reproduzindo a heterocisnormatividade² e perpetuando discriminações e preconceitos (CAMPOS, 2015). Britzman (2018) pontua que o modo autoritário das interações sociais no ensino desestimula a curiosidade e impede o surgimento de novos questionamentos.

Caetano, Lima e Castro (2019, p. 8) entendem que, ao debater sobre gênero nos ambientes de ensino, pretende-se construir espaços democráticos, “de maneira a educar para o reconhecimento do direito à diferença, provendo o cuidado da criança e do

[2] Ideologia segundo a qual todas as pessoas são cisgêneras (a identidade correspondendo ao sexo identificado no nascimento, a partir da genitália do indivíduo) e heterossexuais (sentem atração e se relacionam com pessoas do gênero oposto)

[3] A formação humana integral que “sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (RAMOS, 2014, p. 84)

adolescente e o respeito a todos os modelos de existência, afeto e família”. Os autores concordam com Campos (2015) quanto ao fato de a escola ser um espaço de formação humana, onde os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos são discutidos para a compreensão e a transformação da realidade. Considerando o ensino integral³ oferecido nos Institutos Federais, os núcleos inclusivos são de suma importância para contribuir na formação de cidadãos plenos.

A criação dos IFs é uma política pública, pensada em função da sociedade e de sua transformação (BRASIL, 2010). Por meio de uma formação humana, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) objetiva garantir ao trabalhador “o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (BRASIL, 2010, p. 40). Além do conhecimento científico-tecnológico, os IFs objetivam proporcionar uma práxis que possibilite aos sujeitos “interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade” (BRASIL, 2010, p. 18). Nesse aspecto, são necessários os debates de assuntos latentes na sociedade, como as relações de gênero (COLLING, 2020), pois o lugar do conhecimento não pode ser o local da ignorância (LOURO, 2018). A pluralidade de identidades existe; entendemos que as pessoas não são obrigadas a amar as outras, mas o respeito aos demais é um dever do cidadão (SAFFIOTI, 2015).

Caetano, Lima e Castro (2019, p. 14) afirmam que, se a escola objetiva formar para a diversidade e pluralidade, fenômenos que fazem parte da vida humana, “nada mais justo e correto que incluir em seus currículos discussões sobre sexualidade, gênero, relações étnico-raciais e outras diversidades, como o são os exemplos das diversidades religiosas”. Considerando os objetivos e fundamentos dos IFs e a contribuição que a abordagem das temáticas sobre gênero e sexualidade na escola traz para a formação humana (CAMPOS, 2015), foram criados os núcleos de estudos sobre gênero nos Institutos Federais do Rio Grande do Sul, para fomentar o debate e realizar ações sobre gênero e sexualidade.

A existência de núcleos inclusivos de gênero não é exclusividade dos IFs Sul-Rio-Grandenses. Jacob (2017) esclarece que os núcleos do estado de Pernambuco estão ligados à Secretaria da Mulher do Estado. Eles promovem ações formativas e de pesquisas e têm a finalidade de realizar práticas comprometidas com a transformação social. Percebe-se, então, que cada instituição e estado fortalecem a existência dos núcleos de gênero de forma distinta.

Façanha (2018) afirma que é preciso um olhar diferenciado para enxergar as violências de gênero no cotidiano escolar que, muitas vezes, passam despercebidas. Segundo a pesquisadora, os núcleos de gênero possuem uma capacidade de tensionamento, pois buscam a valorização da diversidade e rompem com o “modelo vigente de visão tradicional, linear, etnocêntrica e masculina” (FAÇANHA, 2018, p. 7).

A existência de núcleos de gênero em escolas possibilita a disseminação e o fortalecimento de estudos sobre violência e equidade de gênero, “temas que consideramos essenciais para o fim de discursos e práticas reprodutoras de violência e desigualdade entre homens e mulheres” (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016, p. 201).

Até que houvesse a promulgação do ato institucional de criação do NUGEDIS, as questões de gênero e diversidade sexual no IFFar eram trabalhadas dentro dos currículos da Educação Profissional de Nível Médio (GUERCH; CONTO, 2017). Mesmo com a possibilidade de trabalhar sobre questões de gênero e diversidade sexual naquele Instituto, isso ainda dependia da iniciativa e disponibilidade de algum docente ou grupo de docentes

(GUERCH; CONTO, 2017). Assim, além de tornar obrigatória a abordagem da temática de gênero, havia também a necessidade de se institucionalizar a sua operacionalização.

Guerch e Conto (2017) concordam com Albuquerque *et al.* (2016) que as instituições de ensino são ambientes estratégicos para as discussões e compreensões de desigualdades. Também se acredita que as ações inclusivas, para terem efeito, precisam estar articuladas ao processo de ensino-aprendizagem e ao fazer diário (GUERCH; CONTO, 2017). Os núcleos de estudos sobre gênero dos Institutos Federais são, portanto, ambientes propícios para realizar tais ações.

3 Método da pesquisa

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, visto que se trata de um estudo no campo educacional, caracterizando-se como uma pesquisa social. Segundo Jacobini (2006), a pesquisa qualitativa é o método apropriado para as ciências humanas, pois o ser humano não deve ser um objeto a ser medido e nem tabulado.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas que, devido à pandemia de covid-19, foram feitas por meio da plataforma on-line Google Meet.

A amostra foi selecionada pelo método *snowball* (bola de neve), que utiliza cadeias de referências (VINUTO, 2014), como uma espécie de rede. Nesse método, o participante inicial de um estudo indica outros participantes, que também indicam novos participantes, e assim por diante, até que o objetivo do estudo seja alcançado (BALDIN; MUNHOZ, 2011), ou até que as respostas ou pessoas indicadas comecem a se repetir, esgotando-se, assim, as possibilidades de novas contribuições.

Considerando o exposto até aqui sobre os núcleos de estudos e pesquisas sobre gênero e sexualidade dos IFs do Rio Grande do Sul, os autores escolheram um desses núcleos para realizar a pesquisa. Por razões éticas não será mencionado qual núcleo foi pesquisado, a fim de se preservarem as identidades das colaboradoras⁴, que são participantes do núcleo onde ocupam ou ocuparam o cargo de presidência. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa para ver qual pessoa estava ocupando o cargo de chefia ao qual o núcleo é subordinado, resultando na primeira colaboradora. Sendo assim, foram entrevistadas sete servidoras. Seis delas estavam presidentes dos núcleos em seus campi e a sétima havia ocupado o cargo de presidenta até o ano anterior; no momento da entrevista, estava integrante como membro do núcleo em análise.

Após as entrevistas, as transcrições foram realizadas e enviadas às entrevistadas para revisão. A análise foi realizada logo após o retorno das entrevistas revisadas. As discussões sobre os dados foram realizadas à luz da análise de conteúdo, que é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2002, p. 38).

Para que a confidencialidade das entrevistadas fosse preservada, durante a entrevista foi solicitado que escolhessem um nome pelo qual gostariam de ser designadas no estudo. Todas as entrevistadas optaram por nomes de mulheres ligadas às lutas feministas, à exceção de Girassol. A participante escolheu o nome da flor pela representatividade simbólica dessa flor para si, visto que é uma planta que está sempre virada para o Sol, para a luz. O Quadro 1 ilustra o perfil das colaboradoras, a fim de melhor situar o leitor.

[4] O único homem declinou da pesquisa

Quadro 1 ▶

Perfil das colaboradoras.

Fonte: dados da pesquisa

Nome	Titulação	Idade	Gênero	Campus
Perséfone	Doutora	37	Feminino	00
Pagu	Mestra	39	Feminino	01
Alexandra Kollontai	Doutora	35	Feminino	02
Chiquinha Gonzaga	Doutora	42	Feminino	03
Bertha Lutz	Mestra	55	Feminino	04
Carolina Maria de Jesus	Doutora	37	Feminino	05
Girassol	Doutora	45	Feminino	06

4 Resultados da pesquisa

Considerando as falas das colaboradoras, foram estabelecidas as seguintes categorias de análise: os núcleos de gênero e diversidade sexual; casos de violência de gênero na Instituição; ações de sucesso dos núcleos; desafios e potencialidades dos núcleos; e a importância dos núcleos.

4.1 Os núcleos de gênero e diversidade sexual

Os autores deste estudo questionaram se as entrevistadas conheciam as motivações e os atos de criação dos núcleos. Alexandra Kollontai e Bertha Lutz acreditam que o núcleo foi criado por força de Lei, pois os Institutos precisam fomentar debates inclusivos.

[...] os institutos trazem na sua base, na sua essência, a questão da inclusão, a questão do respeito a indígenas, afro, às questões de gênero, às diversidades. Então eu acho que pra dar conta de discutir essas questões é que se criam os núcleos. [...] Porque se não tem uma coisa menor num campus, um grupo menor num campus, não vai funcionar. Não adianta ter uma comissão na Reitoria que vai dizer “oh, vocês precisam fazer isso, vocês têm que atentar pra isso”. Não! Tem que ter um grupo de pessoas no lugar, no local. (Entrevistada Bertha Lutz).

Girassol foi convidada a integrar o núcleo do campus 06, devido às atividades sobre sexualidade e gênero realizadas por ela em sala de aula com os discentes. Ela disse desconhecer os atos normativos, mas acredita que a criação de núcleos inclusivos é para proteção das pessoas.

Alexandra Kollontai pensa que foi “mais para cumprir mesmo as determinações do Ministério da Educação”. Ela afirma que o núcleo de gênero foi o último núcleo inclusivo a ser criado na Instituição, que também possui núcleos para debates sobre raça e de apoio a pessoas com necessidades especiais.

Pagu afirmou que, no campus 01, o núcleo “oficializou o que a gente já vinha fazendo”. Ela lembrou que havia um grupo de servidores que já discutiam sobre a temática de gênero, mesmo antes da criação dos núcleos. Já Carolina Maria de Jesus acredita que os núcleos foram criados para realizar debates e dar visibilidade às questões de gênero

e sexualidade na Instituição, além de promover ações que possibilitem a diminuição de violências de gênero dentro do IF.

Perséfone informou que, ao ingressar na Instituição, em 2014, já havia demanda da comunidade para criação do núcleo,

Então a gente vivia um período em que essas questões, elas estavam muito em alta e muito fomentadas a nível de legislação nacional, né? Um cenário desafiador, mas não tão desafiador quanto agora. Tínhamos um momento em que isso era incentivado, né: nós discutimos nos âmbitos das instituições de educação. Então nós pegamos um momento propício para criação dos núcleos em 2016. (Entrevistada Perséfone).

Carolina Maria de Jesus afirmou que o ingresso no núcleo foi “praticamente automático”, pois ela tem afinidade com a temática e entende a necessidade desse debate na Instituição. Já Chiquinha Gonzaga lembrou que, quando ingressou na Instituição, foi dito a ela que deveria ingressar em um dos núcleos inclusivos e, por ser professora de Biologia, ela escolheu ingressar no Núcleo de Gênero.

A maioria das colaboradoras afirmaram que a falta da evidência da expressão “violência de gênero” no ato de criação do núcleo passou despercebida. Alexandra disse que “faltar no documento é complicado mesmo”, pois o núcleo do seu campus fala muito sobre a questão da violência de gênero. Bertha Lutz afirmou que também não percebeu a omissão do termo, pois “independente de ele estar claramente colocado ou não, a gente trabalha né?”. Já Perséfone informou que a resolução “é mais operacional” e trata mais de como o núcleo é constituído e que existe uma resolução de Política de Não Violência “mais recente que trata de violências”. A resolução mencionada pela colaboradora é, porém, de um núcleo específico sobre o combate às violências em geral.

Girassol afirmou que acredita que o ato normativo deveria ser reformulado, mas também que o núcleo trabalha além do que consta nesse documento. Pagu e Chiquinha também pensam que o ato pode ser revisto. Esta última entende que, ao tratar sobre a promoção à igualdade, fica subentendido o trabalho contra a violência de gênero. Pagu afirmou que o fato de não constar no ato de criação não impede que tal tema seja trabalhado. Para ela, não é necessário “judicializar” tudo, pois

[...] Tem que se dar espaço pra quem quer fazer! E quem quer fazer sabe que o problema de violência de gênero existe, que é importante, então isso vai ser trabalhado! Tipo, no campus 01... hum... Eu acho assim, faz diferença ser institucionalizado? Faz! Porque isso corrobora com o nosso trabalho. Se sente mais encorajado, validado, protegido pra trabalhar nessas temáticas num clima hoje que é muito tenebroso. Então, faz diferença? Faz! Mas isso influencia na qualidade do trabalho que vai ser desempenhado? Eu acho que não, sabe? (Entrevistada Pagu).

A colaboradora Carolina Maria de Jesus também afirmou nunca ter parado para refletir sobre a ausência do termo. Disse, porém, que essa ausência pode

[...] dar a entender que não é feito, né? Que não é feito algo a esse respeito. Hum, na concepção que nós temos ali a ideia é sempre debater, refletir e promover ações que minimizem a violência de gênero e a desigualdade de gênero, né? Todas as ações são nesse sentido. Tanto que, quando a gente identifica alguma situação específica no campus, ou faz algum levantamento, a primeira ideia é promover uma ação que dê visibilidade a isso, né? Formação com os docentes, formação com os servidores, formação com a comunidade em geral. Então geralmente é a discussão, a reflexão, mas pautada para uma prática depois, né. (Entrevistada Carolina Maria de Jesus).

As falas das colaboradoras convergem para Campos (2015), que afirma que os debates sobre o gênero e a sexualidade nas escolas são construídos com grande esforço em atos e pesquisas que ultrapassam documentos.

Assim, mesmo sem estar explícito o combate à violência de gênero no ato de criação, os núcleos pesquisados abordam a temática frequentemente. Pagu acredita que a institucionalização do núcleo é importante, pois dá respaldo às ações realizadas. Há, porém, ações interpessoais que também são importantes, como uma discente se sentir à vontade para se aproximar das mulheres membros do núcleo para falar dos problemas pessoais e pedir auxílio.

4.2 Casos de violência de gênero na Instituição

As colaboradoras que entraram no núcleo um pouco antes da declaração da pandemia de covid-19 ressaltaram que as atividades remotas dificultaram as denúncias de casos de violência. Além disso, para elas, o fato de não haver o contato pessoal, presencial, com a comunidade do campus também dificulta rastrear e orientar os autores de atos de violência cotidiana, como “piadas”, por exemplo.

Alexandra disse que ficou menos de um ano na presidência do núcleo de forma presencial. Durante esse período, uma servidora e uma aluna entraram em contato com o núcleo para reportar casos de violência. Houve, ainda, o caso de uma discente que procurou o núcleo, mas preferiu não fazer o registro formal da denúncia. Segundo Alexandra, o relato dessas pessoas que entraram em contato com o núcleo dizia respeito a casos de assédio moral entre colegas.

No caso da servidora, foram os colegas que a assediaram. A colaboradora destacou que “a gente sabe que o recorte de gênero autoriza, né, alguns colegas a se portarem de forma... superior, né? Humilhar as mulheres. É sempre mais fácil humilhar uma mulher que humilhar um homem” (Entrevistada Alexandra Kollontai). A colaboradora refere-se à estrutura patriarcal, sexista e machista da sociedade, na qual o homem é o detentor de poder. Saffioti (2015) lembra que o patriarcado serve ao grupo dos dominantes, e o sexismo legitima o preconceituoso a agir como tal, pois está “autorizado” a discriminar as mulheres.

Quanto à discente, segundo a entrevistada, a violência foi mais de cunho racial. Mesmo existindo na Instituição um núcleo específico para abordagens de questões raciais, a discente sentiu-se mais segura em procurar o núcleo de gênero. Sabe-se que as violências se interseccionam (COLLINS, 2019), então uma mulher negra, além de sofrer as violências de raça, também sofre as de gênero.

Perséfone, que é a coordenadora-geral dos núcleos, afirma que a Instituição tem um olhar bem criterioso quanto aos casos de violência, pois são questões delicadas que envolvem servidores discentes e servidores-servidoras. Ela afirma que as servidoras e as alunas têm encontrado nos núcleos espaços para se fortalecerem e até mesmo fazerem denúncias.

Pagu se lembrou de um conselho de classe, ocorrido antes da criação do núcleo, em que um professor comentou sobre duas alunas que estavam namorando e perguntou se a Instituição deveria chamar os responsáveis das discentes. A colaboradora estava presente na reunião e questionou se a Instituição chama os responsáveis de discentes que formam casais heterossexuais, a que o docente respondeu que não. Outro caso de violência ocorrido no campus 01 foi quanto à encenação de uma quadrilha em que o casamento caipira foi interpretado por um casal gay. Pagu relatou com muita indignação que, após a apresentação, um professor postou em uma rede social que

“daqui um dia a pescaria ia ser caça ao vibrador na piscina de gel”. Bem assim ele colocou, guria! Por causa de um ‘casamentinho’ gay inocente do... entendeu? Olha! As pessoas... eu, pra mim, claro, né!, que isso não se comenta muito. Mas eu, pra mim, isso tem um desejo reprimido que é *difícil* de controlar... Mas é que é uma heteronormatividade tão grande que eles não aceitam realmente quem é diferente desse padrão, dessa norma binária, de homem mulher, né? (Entrevistada Pagu).

A colaboradora traz o imaginário social de que os homofóbicos são homossexuais enrustidos. Ela mesma ressalta, porém, que a nossa sociedade é extremamente heteronormativa e segue o padrão de gênero binário homem-mulher.

Chiquinha Gonzaga lembrou que houve “relatos” (reclamações) sobre o vestuário de algumas alunas, devido aos shorts “muito curtos”. Na Instituição não há o uso de uniforme, situação da qual Chiquinha discorda, pois afirma ser fã de uniforme. A reclamação foi de alunas, que afirmavam que os meninos falavam das roupas delas, e também de alunos e professores, que reclamavam das roupas curtas.

Segundo a entrevistada, a Direção conversou com os discentes e orientou as meninas para que “cuidassem” do vestuário e os meninos, para que respeitassem as colegas, tentando chegar a um meio termo. Ao ser questionada novamente, ela disse que “houve assim ‘ah aqui é pra estudar, não é pra vocês estarem, não é pra usarem short no meio da bunda’” (Entrevistada Chiquinha Gonzaga). Sabe-se que a escola é uma instituição formal e, como tal, requer um vestuário adequado. O debate sobre o respeito aos corpos de meninas e mulheres é importante, pois o vestuário delas não é um convite a assédios e abusos verbais ou físicos.

Carolina Maria de Jesus disse que percebe casos de assédio sexual de servidores com colegas e também com alunas.

Isso acontece, né? Por exemplo: professores com piadinhas, digamos, sem graça, com piadas abusivas em sala de aula. Até chegando a um abuso, por exemplo, de tocar no corpo da estudante, ou de uma coisa nesse sentido. Servidores também, as colegas se sentem muitas vezes, né, humilhadas, ofendidas, assediadas, pelos próprios colegas de aula. (Entrevistada Carolina Maria de Jesus).

Girassol afirmou que desconhece a existência de casos de violência de gênero desde que ela entrou no campus 06. Disse que ouviu falar de um discente transgênero que sofreu uma agressão física e veio a óbito, porém o fato ocorreu antes da criação do Núcleo de Gênero e quando ela ainda não era servidora da Instituição, portanto não pôde afirmar se o fato ocorrera realmente ou não.

Bertha Lutz relatou que, no campus 04, houve um caso de um servidor TAE (técnico-administrativo em educação) que assediou várias alunas, que o denunciaram. Ela afirmou que eram abusos graves.

Inclusive, assim, umas coisas horríveis! Do tipo assim, ham... Tinha uma aluna ruiva e ele perguntou pra melhor amiga dela: “escuta, os pentelhos dela também são ruivos?” Entende? De botar um espelho na porta onde elas trocavam roupa, pra ele olhar elas trocar de roupa. (Entrevistada Bertha Lutz).

Durante a fala, a servidora expressou feições de repúdio. Afirmou que o IF abriu processo administrativo (PAD), que ocorre em sigilo, então a colaboradora desconhece o desfecho do caso, porém afirmou que o TAE ainda é servidor da Instituição. Ressaltou que o trabalho remoto, devido à pandemia de covid-19, atrapalhava a comunicação entre os colegas e ficava difícil saber o que, de fato, ocorria na Instituição.

As colaboradoras afirmaram que, nos casos de assédios, são dados os prosseguimentos, mesmo esta não sendo uma prerrogativa específica do núcleo. Além disso, os membros aconselham as vítimas quanto à forma de agir em tais situações. Os casos em que há denúncias formais são encaminhados para o Conselho de Ética e, posteriormente, são abertos PADs para apurar cada caso. De maneira complementar à fala de Bertha, Pagu afirma que desconhece servidor que tenha sido exonerado por motivo de assédio. Mesmo havendo casos registrados, percebe-se que há certa impunidade aos agressores. Isso pode fortalecer a desmotivação das vítimas para denunciar.

4.3 Ações dos núcleos

Alexandra Kollontai considera que a Instituição onde ela trabalha é bem envolvida nas questões de gênero, porém percebe que ainda existem preconceitos quanto ao debate, mesmo dentro do núcleo. Embora havendo a Resolução que autoriza as ações do núcleo, Alexandra procura registrar as ações em projetos para

[...] que isso fique normatizado, entende? Claro que não precisa disso! Porque a existência do núcleo já se justifica, e as atividades se justificam. Mas eu prefiro colocar tudo em projeto pra ter assim, né, como uma atividade que tu não tem a mínima contestação (riso meio irônico). (Entrevistada Alexandra Kollontai).

A colaboradora entende que as atividades do núcleo são justificadas por sua própria normatização. A existência de um currículo oculto sobre a educação de gênero nas escolas (CAETANO; LIMA; CASTRO, 2019) potencializa, entretanto, o sentimento de insegurança entre as mulheres membros do núcleo. As participantes comentaram sobre várias ações pontuais e rotineiras feitas por esse órgão interno. Cada um desses núcleos

realiza suas atividades presencialmente, de forma independente, sem subordinação entre um e outro – em 2020 e 2021, devido à pandemia, a maioria das ações foram do tipo *lives*. Uma das *lives* realizadas em 2020, sobre violência contra mulheres transgêneras, foi invadida por *haters*, que abriram seus microfones e começaram “a falar ‘isso não é mulher, isso é homem!’... hm... E ficavam falando isso, coisas desse tipo, ‘porque que isso é um traveção!!’” (Entrevistada Alexandra Kollontai), entre outras ofensas. Apesar da invasão, que está sob investigação da Polícia Federal, a *live* foi elencada por Alexandra como uma ação de sucesso do núcleo, pois durou quase três horas e, mesmo após a exclusão de pessoas devido à invasão, 120 pessoas permaneceram até o final.

Perséfone afirmou que, na pandemia, com os eventos on-line, as pessoas que são contra as atividades do núcleo agiam de forma mais afrontosa, porém usavam perfis falsos, pois “elas não têm coragem de colocar a cara porque elas sabem que é ilegal, né?! É ilegal!”. Pagu pensa de forma semelhante a Perséfone e diz que as pessoas machistas e homofóbicas “são ‘uns baita’ de uns covardes! Eles não falam nada em público, na cara, às claras, na luz do dia. Porque eles sabem que também é crime, entendeu?” (Entrevistada Pagu). Elas comentaram que, nas atividades presenciais, as pessoas não iam, faziam comentários negativos em redes sociais ou colocavam cartazes anônimos pelo campus.

Carolina Maria de Jesus disse não se lembrar de ações interrompidas, mas afirmou que já ouviu comentários do tipo “já vem esses assuntos de novo”, “Ah! São aquelas que falam sobre isso”, além de ouvir colegas chamando as mulheres membros do núcleo de “loucas”.

A colaboradora disse que, em 2019, o núcleo fez uma pesquisa com servidoras e alunas sobre os assédios e as violências de gênero. Outras ações decorrentes dos dados não puderam, entretanto, ser feitas, devido à suspensão das atividades presenciais em 2020⁵. Os dados obtidos foram significativos, pois

[...] muitas apresentaram que se sentiam, que já haviam sofrido violência de gênero dentro da Instituição. Que sentiam que muitas vezes não tinham liberdade pra expressar isso, não se sentiam confortáveis pra denunciar, né? E apoiavam ações, demonstraram ali a necessidade de ações pra tentar minimizar e diminuir e, até mesmo, erradicar com essas violências dentro da Instituição. (Entrevistada Carolina Maria de Jesus).

O núcleo do campus 02 realizou um projeto em parceria com outra servidora para arrecadação de materiais de higiene pessoal para mulheres cisgêneras e pessoas transgêneras da cidade onde o campus está localizado. Como efeito positivo do projeto, após a divulgação e a arrecadação, duas mulheres trans acessaram o serviço para buscar os produtos de higiene. Kollontai afirmou que “apenas duas parece pouco, mas antes não tinha nenhuma!”

Essa ação elencada pela entrevistada é um exemplo de parceria com instituições externas ao Instituto Federal, que é uma das finalidades do núcleo e dos IFs (BRASIL, 2010). Por meio dessas ações, os núcleos também atuam junto à comunidade local de forma mais direta, na perspectiva da cidadania, buscando soluções para realidades excludentes (BRASIL, 2010). Acredita-se que a escola “não pode ser constituída como um fim em si mesmo, e sim como espaço de ensino-aprendizagem e de formação do indivíduo, capaz de questionar a ordem social vigente e suas práticas dicotômicas e excludentes” (BRANCHER *et al.*, 2018, p. 162). Logo, essas ações junto à comunidade local são imprescindíveis.

[5] As aulas presenciais foram substituídas por aulas remotas durante o período da pandemia de covid-19 (BRASIL, 2020)

[6] Criado pela ONU Mulheres, o movimento *ElesPorElas* (*HeForShe*) é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingirem seu potencial (ONU MULHERES, 2010)

Bertha Lutz destacou que, antes da pandemia de covid-19, o núcleo do campus 04 fazia reuniões mensais de estudo. Chiquinha Gonzaga disse que, atualmente, as participantes do núcleo têm se dedicado a estudos da temática de gênero e sexualidade. Perséfone destacou um festival realizado pelo núcleo, que ocorreu em 2018, quando foram apresentados filmes do tipo curta-metragem, que foram produzidos pelos campi, sobre a não violência contra as mulheres. Ela também destacou que a Instituição faz parte do movimento “*HeForShe*” (*ElesPorElas*)⁶.

A procura de pessoas pelo núcleo para pedir ajuda ou fazer denúncias ocorre de forma variada. Não há um padrão para tal, visto que “o núcleo em si não é o espaço de acolhida da denúncia. O espaço de acolhida da denúncia é a Ouvidoria” (Entrevistada Perséfone). Já Carolina Maria de Jesus destacou que o núcleo no campus 05 é divulgado como um espaço de acolhida e denúncia. Pagu disse que, no campus 01, o núcleo age mesmo em casos não previstos no ato normativo em vigência. Ela acredita que não é preciso judicializar e institucionalizar todas as práticas do núcleo, pois há ações que ocorrem mais em nível das relações interpessoais.

Por não haver uma padronização de atendimento, a procura, muitas vezes, é personalizada nos servidores à frente do núcleo, “que são uma referência” (Entrevistada Perséfone). Além disso, em alguns campi, as pessoas procuram o núcleo por meio de redes sociais (Entrevistada Alexandra Kollontai) ou por e-mail (Entrevistada Perséfone). Esse item será abordado de forma mais profunda posteriormente, na seção 4.4 – Desafios e potencialidades dos núcleos.

Pagu afirma que as pessoas membros do núcleo sempre pregam o respeito e o acolhimento e, ao fazerem isso, já estão lutando contra as violências, pois fomentam debates dentro da Instituição. Perséfone seguiu a mesma linha e disse que elas tentam divulgar o núcleo como um espaço acolhedor e seguro, onde as pessoas podem buscar seus direitos.

Devido a essa personalização desses espaços, quando uma aluna ou servidora deseja fazer uma denúncia, procura uma pessoa ligada a esse órgão. Após o recebimento da denúncia, o núcleo faz todos os encaminhamentos necessários.

Carolina Maria de Jesus afirma que “geralmente o caminho vai através de pessoas, né?”; por conta disso, o núcleo já fez reuniões com turmas, para que as discentes percebessem que podem contar com o suporte das docentes mulheres.

Carolina, Bertha e Pagu relatam que os núcleos encaminham às instâncias superiores relatos de assédios e/ou violências de gênero. Posteriormente, são abertos PADs, que correm sob sigilo. O retorno sobre os andamentos das denúncias oficializadas, segundo as colaboradoras, é quase inexistente.

As colaboradoras afirmam que, quando as mulheres membros do núcleo de gênero identificam que há alguma situação de discriminação desse tipo, elas procuram conversar com as turmas. Já Bertha afirmou que ela trabalha muito com os discentes sobre respeito; enfatizou que diz aos discentes: “você não precisa gostar, mas você vai respeitar, porque se você não... Se você fizer [algum ato discriminatório] você vai arcar com as consequências de ter feito”. O objetivo da colaboradora, tal qual defende Façanha (2018), é exigir o respeito às diferenças, bem como “desnaturalizar posturas arcaicas de gestões, professores e estudantes; é incluir a diversidade de pensamento e de existência na escola” (FAÇANHA, 2018, p. 103).

No calendário dos núcleos, a semana do 8 de março é marcada para realização de ações sobre violência contra as mulheres. Chiquinha Gonzaga lembrou que, nessas ações, o núcleo do campus 03 sempre cola cartazes sobre violência contra as mulheres. Girassol, que ingressou no núcleo um pouco antes da pandemia, lembrou que, no dia 11 de março de 2020, foi realizado um evento com a temática de mulheres na ciência e de proteção às mulheres. Ela recordou que o evento foi muito marcante, pois teve uma fala

sobre violência de gênero, sendo que, dias antes do evento, tinha ocorrido um feminicídio na cidade, então o assunto estava muito latente.

Chiquinha Gonzaga lembrou uma palestra sobre masculinidade tóxica que foi realizada pelo núcleo do campus 03. Ela acredita que no machismo “tem a parte da violência, né?”. Ela pensa que, se os homens conversarem sobre isso, já é uma maneira de diminuir a violência. Saffioti (2015) afirma que é importante acolher as vítimas, mas é preciso também trabalhar com o agressor, caso contrário ele permanecerá agindo da mesma forma. Trabalhar a masculinidade tóxica em uma sociedade patriarcal é, portanto, urgente.

Outra ação destacada por Bertha e Chiquinha foi a exibição de filmes e/ou documentários aos discentes do Ensino Médio Integrado, no intervalo do almoço. O objetivo da exibição dos filmes era problematizar questões sobre gênero e LGBTQIAfobia.

As colaboradoras afirmaram que, antes de começar a pandemia, em 2020, os núcleos realizavam também palestras presenciais sobre machismo, homofobia, feminismo, violência contra mulheres, entre outros assuntos. Nesses eventos, surgiam dúvidas dos participantes, e sempre havia alguma menina que relatava estar em relacionamento abusivo, o que era debatido. Pagu relata que esses momentos eram de acolhida a essas pessoas.

As colaboradoras entendem, pois, que a pandemia pode ter dificultado denúncias e até mesmo problematizações sobre violências cotidianas, já que, sem o contato direto entre as pessoas, não se pôde trabalhar com os dados de pesquisas realizadas pelos núcleos em 2019 nem conversar sobre o andamento de denúncias e de processos administrativos. Além disso, as colaboradoras professoras informaram que as aulas via Google Meet acabam sendo mais conteudistas, e isso dificulta instigar os discentes a participar dos debates em aula.

4.4 Desafios e potencialidades dos núcleos

Um desafio apontado por Chiquinha e Bertha seria⁷ o retorno ao presencial. Chiquinha Gonzaga entende que “a pandemia dificultou; talvez numa ação corpo a corpo a gente poderia fazer de uma maneira diferente, eu imagino”. É preciso que se entenda que a temática de gênero e sexualidade já está nas escolas e ela deve ser pensada de forma democrática e pautada no respeito às diferenças (CAETANO; LIMA; CASTRO, 2019). Bertha mostrou-se preocupada, todavia, com o perfil de discentes que encontraria no retorno presencial, pois, segundo ela, a pandemia e os movimentos conservadores aflorados no país mudaram a atuação e a percepção das pessoas.

Outra dificuldade, encontrada por Carolina, diz respeito ao prosseguimento dado às denúncias, pois, para ela, a sociedade desencoraja as mulheres a denunciar. Como já mencionado anteriormente, nas atividades presenciais, as participantes do núcleo se antecipavam às denúncias e agiam junto aos discentes, e isso é dificultado pelo ensino remoto.

Alexandra afirma que o núcleo do campus 02 tem uma equipe muito boa, porém ela acredita que muitas pessoas ali ingressam, mas concebem todo o processo sem muito compromisso, ou seja, “levam na brincadeira”. Ela pensa que, quando se está em um núcleo inclusivo, “na maioria das vezes, tu tá representando uma categoria ou uma causa”. Também disse que

[...] um desafio que é importante é a gestão do campus, né? Porque se nós tivermos gestores que eles acreditam nas pautas, eles vão aderir às tuas

[7] Pesquisa realizada durante a pandemia de covid-19

atividades e vão... Estimular a adesão por parte de todos, né, dos servidores, dos professores e dos estudantes. Então se o gestor, o diretor de ensino, digamos assim, ele não estimula, né, que haja uma efetivação das ações, aí vai ser difícil. Mas o nosso caso aqui a gente sempre tem o apoio da direção de ensino. (Entrevistada Alexandra Kollontai).

Pagu também afirmou que sempre teve apoio da gestão do campus onde atua para a realização das atividades, mesmo antes da existência do núcleo institucionalizado.

Carolina afirmou que, no campus 05, o núcleo não possui uma sala para atendimento, então, para a comunidade acadêmica, o núcleo fica vinculado às pessoas que dele fazem parte. “A gente trabalha muito para ter essa..., a gente tá tentando conseguir esse espaço dentro da Instituição, a gente ainda não tem”. Já Pagu diz que as “pessoas pessoalizam as coisas”. Então a não existência de uma sala específica para organizar e desenvolver esse tipo de trabalho também é um desafio, pois o núcleo, na maioria dos campi, não possui uma sala de atendimento.

Cunha (2008, p. 184) diz que um espaço se torna um lugar quando se atribui sentido a ele, ou seja, quando “reconhecemos a sua legitimidade para localizar ações, expectativas, esperanças e possibilidade”. Pode-se inferir, portanto, que a ausência de uma sala fixa para o núcleo, simbolicamente, significa seu não reconhecimento como um lugar, e quiçá como um espaço ou território para se pensar tais temáticas na Instituição. Isso faz problematizar os motivos de falta de reconhecimento quanto ao trabalho desses grupos, pois se acredita que a existência de uma sala fixa para suas atividades contribuiria para seu fortalecimento e sua perpetuação no IF analisado.

Um desafio citado por Alexandra e Perséfone é a falta de orçamento fixo para os núcleos, e isso o enfraquece, pois as integrantes querem comprar livros, móveis, trazer palestrantes, o que fica impedido por questões financeiras. Alexandra Kollontai ressaltou que, nos anos 2020 e 2021, o núcleo do campus 02 aprovou projetos com financiamento externo, o que permitiu compra de livros e materiais para a sala do setor. Esses fomentos financeiros foram conseguidos com esforços pessoais, fato que impulsiona Alexandra a ressaltar que isso depende muito, embora não só, das atitudes das responsáveis pelo núcleo.

Nota-se, então, que as gestões dos campi precisam compreender que a EPT dos IFs é uma educação que atua como uma rede social e é um instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (BRASIL, 2010). Espaços democráticos como os Núcleos de Gênero fazem parte da EPT e, portanto, devem ser respeitados e fortalecidos.

Perséfone afirmou que os núcleos fazem um trabalho educativo, explicando e desnaturalizando as violências. Segundo a colaboradora, por meio desse trabalho, as pessoas conseguem reconhecer as violências e perceber se sofrem alguma ou não. Pagu afirma que o ensino remoto impossibilita que o núcleo faça um acolhimento e auxílio mais interpessoal e emocional junto aos discentes. A abordagem do núcleo citada pela colaboradora quebra a cultura existente nas escolas, ambiente onde se espera respostas estáveis e que o ensino de fatos seja mais importante do que a compreensão das questões íntimas (BRITZMAN, 2018).

Pagu gostaria de avançar nas pautas e não precisar “falar mais de violência contra a mulher, não ter que falar de machismo, de patriarcado. Mas são os desafios da própria sociedade, da cultura”. Ela também afirmou que gostaria que houvesse a previsão de participação de discentes nesses espaços, desejo também manifestado por Chiquinha.

Chiquinha, Carolina e Pagu comentaram que um desafio é a continuidade da participação de servidores no núcleo. Chiquinha apontou que a alternância de servidores no campus é grande, e isso impacta na captação de membros para seu funcionamento. Já Pagu afirmou que o núcleo de seu campus possui bastantes membros, porém, em algumas ações, há discentes e docentes que optam por não participar. Para Girassol, não há problemas na participação. Ela disse que, na cidade onde o campus está, há um número de feminicídio que ela considera alto, o que talvez contribua para esse conforto na organização do órgão. Vê-se, portanto, que esse tema deve ser abordado e problematizado pelo Instituto Federal. Sabe-se que a atuação dos IFs deve considerar os problemas locais para solucioná-los (BRASIL, 2010), logo, a fala da colaboradora é condizente com a atuação dos IFs.

Alexandra entende que a participação das pessoas nos núcleos de gênero da Instituição é boa, principalmente se comparada aos demais núcleos inclusivos existentes. Chiquinha afirmou que a pouca participação não é exclusiva dos núcleos de gênero, pois ocorre em todos os núcleos inclusivos do Instituto Federal onde atua. Ela entende que isso é reflexo da resistência da própria sociedade. Apesar disso, há discentes que participam e, segundo a colaboradora, é para esses que o núcleo atua. Essa resistência faz perceber que, dentro do Instituto e nos ambientes escolares em geral, ainda ocorre com vigor a reprodução dos modelos hegemônicos da sociedade (MIRANDA; MAIA, 2017).

4.5 A importância dos núcleos

Alexandra Kollontai afirmou que “preconceito e julgamento: isso vai acontecer sempre”; alguns professores são resistentes e não liberam os discentes para participarem das ações do núcleo. Perséfone também afirma que sofre represálias,

De entrar gente na *live*, os próprios colegas às vezes têm uma dificuldade de compreensão... Mas a não existência do núcleo é muito mais perigosa do que a existência do núcleo, né? (Entrevistada Perséfone).

Alexandra ressalta, todavia, que os frutos são muito mais positivos. Ela relata que, após algumas palestras, quando as atividades ocorriam de forma presencial, havia pessoas que iam até ela para parabenizá-la e dizer para seguirem com o trabalho. Perséfone também afirmou que houve pessoas que se interessaram pelos assuntos após participarem de palestras ofertadas pelo núcleo. Alexandra acredita que ações dessa natureza colocam uma “semente da reflexão nas pessoas, até daquelas mais resistentes”. Bertha considera que o núcleo hoje é mais importante do que quando foi criado, pois, para a colaboradora, questões de desrespeito de gênero estão piores atualmente do que na época de criação do núcleo.

Perséfone compreende que, para algumas pessoas, as discussões feitas pelo núcleo não fazem sentido, pois requerem “uma desconstrução muito grande pra essas pessoas”. Continua dizendo:

[...] eu penso que quando as coisas têm um lugar no espaço e no tempo elas ganham mais força porque as pessoas se unem em torno disso. Então a gente falava de gênero, falava de gênero, falava de violência e tal. E quando tu tem um núcleo, tu congrega. [...] Então a importância de ter um núcleo institucionalizado é nesse sentido, é demarcar um espaço institucional

mesmo pra dizer “isso faz parte de uma política *nossa*” né. (Entrevistada Perséfone, grifo da entrevistada).

A entrevistada ainda afirmou que qualquer tentativa de excluir os núcleos “é uma tentativa a favor da morte, não é uma tentativa a favor da vida!” Chiquinha Gonzaga destacou que, com sua participação no núcleo, aprendeu que, além da violência física, existem outras violências de gênero que ela desconhecia. Nesse rumo, percebe-se que espaços como o núcleo de gênero do IF são úteis para a compreensão das desigualdades de poderes entre homens e mulheres (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016).

Pagu destacou que as pessoas da cidade onde o campus 01 está inserido são bem machistas e coronelistas, mas a existência do núcleo no IF tem amenizado as falas e as ações machistas, sexistas e LGBTQIAfóbicas na Instituição. A colaboradora desabafa:

Eu fico muito feliz de ter todas essas tretas e tal com... Com o núcleo, e todos esses embates, porque eu acho que a gente só cresce na discussão. Eu só queria que a gente tivesse num patamar um pouquinho mais elevado, sabe? E não tivesse que voltar e discutir coisas que parecem óbvias assim, e pudesse discutir coisas a partir disso, né, indo pro superior. É uma pena que a gente ainda tenha que discutir essas coisas tão básicas, mas, ao mesmo tempo, é uma alegria poder estar num espaço em que os alunos se sentem acolhidos, os servidores né, se sentem acolhidos. (Entrevistada Pagu).

Pagu e Carolina disseram que, às vezes, se sentem impotentes, pois gostariam de fazer mais e atender mais pessoas com as ações do núcleo. Quando, entretanto, discentes falam sobre a importância do núcleo e do Instituto em suas vidas, elas percebem que o núcleo faz o seu papel. Chiquinha Gonzaga afirma que as ações desse grupo de trabalho têm boa receptividade dos discentes. Ela ressalta que o conhecimento sobre um assunto é importante para que se combatam os preconceitos e as discriminações. Ela afirmou que as ações desses grupos não querem transformar ninguém, apenas espalhar o respeito a todas as pessoas.

Para Chiquinha Gonzaga, a importância do núcleo é promover uma discussão sobre o assunto e inserir as pautas na formação e no cotidiano do IF. Ela acredita que as conversas e os debates com a comunidade acadêmica permitem pensar melhor sobre os assuntos e até mesmo reformular ideias. Carolina Maria de Jesus entende que há pessoas que apoiam tal iniciativa, embora muitas outras sejam contra. Ela afirmou que os assuntos debatidos pelo núcleo incomodam algumas pessoas, principalmente as que cometem as violências, sobretudo as veladas. A colaboradora destaca que, apesar disso, há pessoas que consideram a existência do núcleo muito importante e há ainda as que não se manifestam.

Para ela, o núcleo é um local que se preocupa com a discussão e elucidação sobre igualdade. Ela afirma enfaticamente que sua importância é total para que haja uma conscientização social. A colaboradora considera que

[...] não dá pra pensar, nos tempos de hoje, de isso não ter... De não existir dentro de um campus um espaço pra formar, orientar, pra combater, né, a desigualdade de gênero e também porque nós somos uma Instituição de ensino, né? Nós temos que estar comprometidos com a formação cidadã. Se a gente pensa, né, numa sociedade que vai melhorar através da educação,

essa educação ela tem que ser integral! Ela não pode ser uma educação só técnica! Embora a gente seja uma Instituição, né, de ensino básico, técnico, tecnológico, mas nós não podemos pensar em cidadãos pro mundo do trabalho sem pensar essas questões, né? (Entrevistada Carolina Maria de Jesus).

As falas das colaboradoras condizem com Albuquerque *et al.* (2016), que afirmaram que os núcleos contribuem para as pesquisas e debates acerca da equidade de gênero bem como sobre a violência contra as mulheres, temas esses que são essenciais para o fim de discursos e práticas sexistas.

Bertha sente que, nos últimos três anos, a sociedade sofreu um retrocesso sobre as questões de gênero, e, mesmo que a homofobia e o machismo sempre tenham existido na sociedade, antes as pessoas não expunham seus preconceitos. Isso, no entanto, está mudando. Ela comenta que

[...] E daí que eu acho que os núcleos têm um papel decisivo! De trazer pra esta, que seja um, assim, um redutinho, né? Mas que tragam pra este espaço uma discussão qualificada, sem homofobia! Então os núcleos agora talvez tenham um papel mais importante hoje do que quando eles foram criados. (Entrevistada Bertha Lutz).

Girassol é a única colaboradora que acredita que o núcleo do seu campus ainda é pouco reconhecido nas comunidades interna e externa. Ela afirmou que as ações do núcleo possibilitam conversas e debates que, muitas vezes, os discentes não fazem em casa. Essa acolhida de estudantes para uma conversa franca e com embasamentos possibilita melhor compreensão sobre os assuntos.

Bertha Lutz comentou que não percebe comentários positivos nem negativos da comunidade, mas sim que as pessoas que não concordam com as atividades do núcleo se calam. Admite, assim como outras colaboradoras, que há pessoas homofóbicas e machistas no campus onde atua, afinal em “um grupo de 200, 300 pessoas, 250 sei lá, não ter nenhum homofóbico ali no meio é um milagre!” (Entrevistada Bertha Lutz). A escola é um reflexo da sociedade; sendo a nossa sociedade machista, sexista e heteronormativa, esses aspectos também se refletem dentro da Instituição.

5 Conclusões

O que se evidencia, então, é que os Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Diversidade Sexual nos IFs são relativamente novos, sendo mais antigo o de 2016. Percebe-se que a maioria das entrevistadas desconhecem os atos de criação dos núcleos, o que não é um impeditivo para que suas ações ocorram. Ainda, as colaboradoras asseguram que, mesmo que o ato de criação dos núcleos não preveja alguns casos, esse é um espaço de resistência e acolhida para as pessoas que sofrem com machismo, sexismo e/ou que não se encaixam nos regramentos sociais de cis-heteronormatividade.

Percebe-se que as atuações dos núcleos condizem com o objetivo de formação humana e integral dos Institutos Federais. Eles atuam dentro da Instituição, mas também fora dela, firmando parcerias com entidades e colaborando para que os preconceitos na comunidade diminuam.

Ao analisar os objetivos e finalidades dos Núcleos de Gênero dos IFs, em uma sociedade que há algum tempo elegeu um presidente declaradamente machista, sexista e contra as minorias, compreendemos que esses espaços são resistências nas instituições. As atuações elencadas pelas colaboradoras mostram que estar membro de um núcleo inclusivo exige estudo sobre a postura da Instituição (BRITZMAN, 2018) e da sociedade, além de aprofundamento sobre as temáticas próprias desses núcleos.

As colaboradoras entendem que a pandemia pode ter dificultado denúncias e até mesmo problematizações sobre violências cotidianas, pois, sem o contato direto entre as pessoas, não se pode trabalhar com os dados de pesquisas realizadas por essas unidades de apoio e pesquisa em 2019, nem conversar sobre o andamento de denúncias e de processos administrativos.

Quanto aos desafios, destacam-se a falta de orçamento e a inexistência de espaços físicos para os núcleos, fatores que são possíveis de serem corrigidos. Apesar de, às vezes, sentirem-se desmotivadas, as colaboradoras sentem-se inspiradas pelos trabalhos que fazem e percebem que suas ações fazem diferença no cotidiano escolar e na vida de discentes e servidoras.

Os autores acreditam que a importância das ações do núcleo, como as acolhidas, as reflexões por ele possibilitadas e a promoção da igualdade na Instituição, é apontada pelas entrevistadas. Destaca-se que esses espaços devem ser fortalecidos pelas gestões e pela comunidade em geral.

Financiamento

Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Declaração do Conselho de Ética

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar). Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 30384820.7.0000.5574.

Referências

ALBUQUERQUE, J. T.; GONÇALVES, R. M.; DONATO, M. R. A.; BARBOSA, R. G. A construção de um núcleo interdisciplinar de estudos de gênero: a experiência do NUGEN/Faculdade ASCES. *In*: NANES, G.; LEITÃO, M. R. F. A.; QUADROS, M. T. (org.). **Gênero, educação e comunicação**. Recife: Editora UFPE; Editora UFRPE, 2016. p. 199-210. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/2557>. Acesso em: 19 maio 2022.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 10., 2011, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUC-PR, 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRANCHER, V. R.; CORRÊA, L. B.; PORTO, E. Q.; SANTOS, J. N.; LIRA, V. D. Formação de professores para a diversidade e inclusão: desafios da contemporaneidade. *In*: BRANCHER, V. R.; BIAZUS, P. H. S.; PORTO, E. Q. (ed.). **Caminhos possíveis da Inclusão III: a educação especial e as políticas afirmativas**. Curitiba: Editora CRV, 2018. cap. 2, p. 27-40.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020. Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 66, p. 66, 6. abr. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-376-de-3-de-abril-de-2020-251289119>. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**, 2010. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=6691&Itemid=. Acesso em: 1 nov. 2020.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 83-112.

CAETANO, M.; LIMA, C. H. L.; CASTRO, A. M. Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática. **Colloquium Humanarum**, v. 16, n. 3, p. 5-16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5747/ch.2019.v16.n3>.

CAMPOS, L. M. L. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. **Revista Ciência & Educação**, Bauru, v. 21, n. 4, p. 1-4, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320150040001>.

COLLING, A. M. Relações de gênero, feminismo e produção dos sujeitos. *In*: SILVA, F. F.; BONETTI, A. L. (org.). **Gênero, diferença e direitos humanos: é preciso esperar em tempos hostis**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 73-88.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do Empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, M. I. Os conceitos de espaço, lugar e território nos processos analíticos da formação dos docentes universitários. **Revista Educação Unisinos**, v. 12, n. 3, p. 182-186, set./dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5324>. Acesso em: 24 nov. 2020.

FAÇANHA, M. A. **E se te contassem outra História**: gênero e feminismo no ensino de História. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27183>. Acesso em: 22 abr. 2021.

GUERCH, C. A.; CONTO, J. M. Trabalhando questões gênero e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL, 5., 2017, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2017. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3163.pdf>. Acesso em: 18 maio 2022.

IFFAR – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução nº 023/2016, de 24 de maio de 2016**. Altera a redação, reorganiza os títulos e inclui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Resolução CONSUP 015/2014, [...]. Santa Maria: IFFAR, 2016. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/17347/be13e9472f87b9adfdea71441107f592>. Acesso em: 18 maio 2022.

IFRS – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 037, de 20 de junho de 2017**. Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves: IFRS, 2017. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

IFSUL – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Regulamento próprio do Núcleo de Gênero e Diversidade do Campus Pelotas**. Pelotas: IFSUL, [2018]. Disponível em: <http://pelotas.ifsul.edu.br/nucleos/nuged/documentos/regulamento-nuged/regulamento-nuged/>. Acesso em: 18 maio 2022.

JACOB, M. J. C. **“Somos todos e todas diferentes numa sociedade de iguais”**: um estado de caso sobre práticas pedagógicas de gênero e sexualidade em uma escola pública de Pernambuco. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25195>. Acesso em: 18 maio 2021.

JACOBINI, M. L. **Metodologia do trabalho acadêmico**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 7-34.

MIRANDA, A. P. M.; MAIA, B. Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 49, p. 177-202, set./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832017000300007>.

ONU MULHERES BRASIL. **#ElesPorElas**. Movimento ElesPorElas (HeForShe) de solidariedade da ONU Mulheres pela igualdade de gênero – impactando universidades. 2010. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_universidades.pdf. Acesso em: 1 dez. 2021.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44. p. 203-220, ago./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>.